

A prática da escrita entre mães de desaparecidos políticos do Araguaia: cartas de Ermelinda Mazzaferro Bronca

** Deusa Maria de Sousa*

Resumo

Esta comunicação pretende discutir uma parte da correspondência de Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe do desaparecido político gaúcho José Huberto Bronca, trocada com outras mães de desaparecidos, além de autoridades/entidades civis brasileiras e internacionais, na incessante busca por notícias que as levassem ao paradeiro dos filhos ou, pelo menos, aos corpos dos mesmos. Para tanto, busco desenvolver minha análise abordando a experiência, memória e identidade presentes na construção do discurso destas mães.

Palavras-chave: prática de escrita, familiares de desaparecidos do Araguaia, memória.

A Guerrilha do Araguaia (1972-1974), de concepção maoísta, orientada e dirigida pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil), foi a última experiência de luta armada no Brasil na tentativa de derrubar o regime militar então vigente no país. Embora muitos dos guerrilheiros envolvidos tenham levado seus cônjuges e, em alguns casos, alguns parentes para lutar na região inóspita onde ocorreu o conflito, para a maioria das famílias dos desaparecidos, o intento do Araguaia foi, desde o princípio, um grande segredo. Isso explica, em grande medida, a dificuldade que os familiares – que não tinham qualquer envolvimento político-partidário - tiveram para saber o que de fato ocorrera a seus entes queridos. Houve, porém, alguns indícios que permitiram com que essas famílias chegassem a “concluir” que seus filhos ou parentes estavam envolvidos no conflito armado que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia. Alguns destes indícios eram as cartas que os guerrilheiros enviavam a suas famílias, cartas nem sempre muito claras, mas que puderam ser interpretadas com o auxílio de algumas publicações de periódicos alternativos que noticiaram posteriormente o conflito.¹ Todavia, não havia a comprovação do final da Guerrilha, tampouco do destino que tiveram seus combatentes.

* Doutoranda em História pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Bolsista IFP: Fundação Ford. Email: deusams@hotmail.com

¹ *Coojournal* de julho de 1978, *Em Tempo*, n. 60, *Movimento*, de 7 de julho de 1978 e de 5 a 11 de fevereiro de 1979, *Jornal da Tarde*, de São Paulo, de 13 de janeiro de 1979 (caderno dedicado exclusivamente), de 15 a 20 de janeiro e de 23 abril 1979, *Folha de São Paulo*, de 6 março de 1979: p. 5 e 6, de 20 de abril de 1979, p. 6, de 27 de maio 1979, p. 7 e 14, e *O Estado de S. Paulo*, de 13 de dezembro de 1978, p.7 e 15 março 1979. In: Primeira Petição Judicial dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia.

2

Com o clima em favor da redemocratização política, que teve seu início marcado com a Anistia, em 1979, muitas famílias tiveram a “certeza” de que seus filhos não iriam retornar do exílio a exemplo do que acontecia com muitos cassados, banidos e perseguidos políticos. Com o espírito que vigorava em favor de contabilizar e esclarecer os crimes e desaparecimentos cometidos pelo regime repressor do estado ditatorial brasileiro, muitos familiares de desaparecidos, de diversas regiões do país, foram à procura de entidades de Direitos Humanos para que pudessem dar vazão ao sentimento de perda que já os acometia naquele momento. Neste intuito, com os “boatos” da imprensa e depoimentos de sobreviventes sobre os combates e mortes nas selvas do Araguaia, tais familiares, com auxílio de entidades e personalidades civis e eclesiásticas, promoveram a primeira Caravana à região do conflito do Araguaia, em 1980.

A rede de informações que se construiu a partir das reuniões em São Paulo e com as notícias trazidas da Caravana, possibilitou, em grande medida, que a maioria das informações coletadas durante as reuniões e, mais precisamente, com os moradores da região do conflito, ganhasse mais espaço no universo de incertezas que rondavam o episódio da Guerrilha. A correspondência mantida por Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe do desaparecido José Huberto Bronca, com outros familiares de desaparecidos permitiram que se vislumbrasse como agia tal rede de informações estabelecidas, principalmente, pelas mães dos desaparecidos do Araguaia. A troca de cartas ocupou um espaço privilegiado para muitos membros deste grupo. Sob esta perspectiva, esta troca possibilitou muito mais do que o simples fato de enviar e responder de cartas. Deste modo, a correspondência:

“Implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo. Escrever cartas é assim ‘dar-se a ver’, é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo ‘visto’ pelo remetente, o que permite um *tête-à-tête*, uma forma de presença (física, inclusive) muito especial.”²

Neste caso em particular, analisada a correspondência pessoal de Ermelinda, foi evidente o compartilhamento das angústias com diversos atores do episódio da Guerrilha, entre os quais, mães de desaparecidos, o advogado dos familiares, além de guerrilheiros e

² GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história. In: A título de prólogo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. Pág. 19.

3

dirigentes do Partido que se aproximaram e se compadeceram da dor e sofrimento vividos por Ermelinda. Trabalharei apenas alguns trechos destas cartas. Ao analisá-los, percebe-se ainda que tal prática serviu, sobretudo, como uma válvula de escape da dor e da experiência³ destas mães diante da tragédia do desaparecimento de um filho.

As cartas, segundo o depoimento de Maria Helena Mazzaferro Bronca, filha de Ermelinda, davam uma grande satisfação a Ermelinda, que as lia e as relia muitas vezes, e “tratava de guardá-las carinhosamente em cada envelope postado”. Era a filha, Maria Helena Mazzaferro Bronca, quem materializava no papel o que a voz firme e esperançosa de Ermelinda ditava. Helena, embora trabalhasse como médica gineco-obstetrícia dedicou-se durante muito tempo, quase exclusivamente, aos anseios da mãe, principalmente após o falecimento do patriarca da família, Huberto Átteo Bronca, em 1970. Maria Helena foi protagonista do sofrimento de Ermelinda, com quem participou, como seus dois irmãos, de muitas reuniões, homenagens e depoimentos prestados a diversas entidades em defesa dos Direitos Humanos. Assim, Maria Helena, na condição de irmã de desaparecido político, tornou-se também uma coadjuvante da incessante busca da mãe à procura de José Huberto Bronca, o “Zé”. O desvelo com que Maria Helena se envolveu com a correspondência da mãe, coincide com a reflexão de Ângela de Castro Gomes (2004): “A correspondência merece ser guardada e lembrada, aquele a quem se destina a carta é o que cuida do arquivamento, é o proprietário.”⁴

Ermelinda, Cyrene, Helena: três mães, um só objetivo

³ A utilização do conceito de experiência é um tanto controversa e requer problematização. A corrente de estudos feministas é um dos ramos de estudo que mais explorou o conceito. A experiência já foi interpretada de diversas maneiras, sendo influenciada por diferentes escolas de pensamento e também por teóricas em particular. Primeiramente, as feministas tentavam promover a consciência feminista ao valorizar as narrativas das “experiências de mulheres” em oposição aos pontos de vista narrados pelo masculino. Mais tarde, algumas feministas, como Donna Haraway, Sandra Harding, e, sobretudo Joan Scott, entre outras, passaram a encontrar problemas no conceito, ao apontar que recorrer à experiência é arriscado, pois há a possibilidade de “naturalizar as categorias ideologicamente condicionadas que estruturam as experiências do eu e do mundo”. Outras feministas, no entanto, continuaram a basear seus escritos, com sucesso, na experiência, como Gloria Anzaldúa, bell hooks e Michele Cliff. Shari Stone-Mediatore, ao recorrer à análise de Chandra Mohanty dos escritos de “Mujeres del tercer mundo”, defende que é possível, sim, utilizar a categoria da experiência e, ao mesmo tempo, evitar a naturalização de tal conceito, ainda considerando-o a partir de práticas culturais locais, conjuntamente com relações econômicas e políticas organizadas globalmente. STONE-MEDIATORE, Shari. *Chandra Mohanty y la revalorización de la “experiencia”*. Revista Hiparipia, v.10, n.1, 1999. Pág. 85-87.

⁴ GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história. In: A título de prólogo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. Pág. 19.

Mesmo diante da angústia vivida pelas diversas famílias dos desaparecidos do Araguaia, foi possível a elas firmar laços de afetividade que se fortaleceram na dor e na procura daquilo que lhes era mais caro: notícias do(a)s filho(a)s e das conseqüências de suas mortes, bem como o acesso aos seus restos mortais para lhes dar enterro digno. Foi também uma questão de afinidade pessoal com muitas mães e familiares que Ermelinda conheceu, no decorrer das inúmeras reuniões das quais participou, Cyrene Moroni Barroso, mãe da desaparecida Jana Moroni Barroso, a *Cristina* no Araguaia, e Helena Pereira dos Santos, mãe de Miguel Pereira dos Santos, o *Cazuza* no Araguaia, outras mães com que Ermelinda pôde, durante muitos anos, compartilhar a dor e o sofrimento que a ausência de informação sobre o filho lhe trouxera. Percebe-se a intimidade e a proximidade como se tratavam estas mulheres, dimensionando o universo evidenciado através de sua correspondência. “A carta pessoal ‘diz’ que o segredo existe, explicitando seus limites, ou faz crer que ele não existe e que a confissão é plena”⁵. Ermelinda trocou correspondência com Cyrene, ainda que espaçadamente, durante mais dois anos, pois Cyrene Moroni, apesar de bem mais jovem que ela, faleceu subitamente de causas naturais. As três cartas guardadas por Ermelinda nos permitem perceber a dimensão do sentimento que as manteve unidas durante este curto tempo.

Nestas cartas, os principais assuntos abordados era o andamento do processo judicial e a permanente procura por notícias que agregassem ao referido processo mais elementos comprovativos da presença dos militantes na região do Araguaia. Era necessário contar com depoimentos e provas materiais para serem arrolados ao processo. Todo o esforço foi feito na busca de tais indícios que pudessem chamar a atenção da sociedade e elucidar as questões mais candentes, como nos evidencia a seguinte carta, escrita por Cyrene e endereçada a Ermelinda, de setembro de 1982. A esperança esteve sempre presente nos pedidos e considerações que as duas faziam, sobretudo nas passagens de ano Novo. Assim, o compartilhamento de objetos e fotos dos filhos era uma espécie de relíquia que ambas se permitiram presentear. Um exemplo foi um cartão de natal feito por Jana, a filha desaparecida de Cyrene, para a mãe, com que ela, Cyrene, presenteou por carinho a amiga do Rio Grande do Sul.

Estimada D. Ermelinda:

⁵ Idem, pág. 21.

5

Este singelo cartão com a árvore de Natal possui um grande significado para mim; ele foi feito pela Jana, no seu último natal aqui conosco (1970). Agora, para mim, a imagem é outra – estas estrelinhas são nossos meninos no meio da mata. Petrópolis 18/12/80. Que sintamos o verdadeiro Natal de Cristo em nossos corações. Um abraço de Cyrene

João 3:16

Na troca de experiências e informações a respeito dos movimentos que ambas faziam em busca de seus filhos, é provável que tenha havido um fluxo maior de cartas entre elas, além do que Ermelinda conseguiu guardar. Entre esta última carta referida e a resposta de Ermelinda, que abordaremos a seguir, consta um espaço significativo de tempo, de mais de dois meses, fato ao qual se referiu a própria autora.

Porto Alegre, 16 de abril de 1983.

Prezada amiga D. Cyrene,

É com grande satisfação que estou lhe escrevendo após um silêncio de quase dois meses. Espero que esta a encontre bem de saúde assim como a todos seus familiares. Tenho boas notícias para lhe dar, os folhetos que recebi foram entregues a pessoas selecionadas e representativas e a divulgação foi superior á minha expectativa. Furneci, em 1º lugar, a vários setores dos direitos humanos. Furneci também ao advogado que trata dos direitos dos índios (FUNAI) pois moramos na mesma rua por uma feliz coincidência. Ele e a esposa são pessoas muito cultas e encantadoras; muito bem relacionadas e me apoiaram muito neste trabalho. Distribui também a todas as bancadas oposicionistas da Assembléia Legislativa e a advogados que tem militância política e que são meus amigos particulares, visto que foram amigos de infância de meus filhos. Mas, vou descrever-lhe a solenidade realizada na Assembléia Legislativa no dia 25 de março. A Marisa Haas veio a Porto Alegre e hospedou-se em minha casa, para poder participar deste ato público. Nesta data, sob a presidência do Deputado Antenor Ferrari, reuniu-se a Comissão dos Direitos Humanos do Cone Sul. Estavam presentes, além das mães gaúchas, as representantes das mães da Praça de Mayo e de mães uruguaias. Fomos, a Marisa e eu, convidadas a participar da mesa de trabalhos ao lado de outras mães de desaparecidos. (...) Estou sempre à disposição para divulgar tudo o que for do nosso interesse. Maria Helena e eu lhe enviamos um abraço muito carinhoso.

Ermelinda.

Essa é, infelizmente, a única cópia-rascunho guardada por Maria Helena Mazzaferro Bronca de uma carta enviada por Ermelinda à amiga Cyrene. Ela possibilitou confirmar o

6

importante papel da rede de informações destes familiares mediante informações das lutas empreendidas por estas mães em distintas regiões em que viviam.

A partir do final de mês dezembro de 1983, no acervo particular de Ermelinda Bronca, não consta carta alguma recebida ou enviada para Cyrene. Neste período, porém, há um grande volume de periódicos emitidos pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/SP), além de considerável volume de correspondência entre Ermelinda e Helena Santos. Há também que se mencionar a perceptível aproximação de dirigentes comunistas nacionais, assim como João Amazonas e Elza Monerat, e também estaduais, que enviaram algumas cartas e cartões de Natal para Ermelinda. Todavia, a partir deste período, a correspondência mais sistemática e significativa, embora com meses de interrupções, foi de Helena Santos, presidente do grupo GTNM/SP. As duas primeiras cartas destacam a divulgação de panfletos, por ocasião das festividades de aniversário da metrópole paulistana, que exigia do Estado o esclarecimento das circunstâncias que culminaram com o desaparecimento de, até aquele momento, 144 brasileiros durante os anos do regime militar.

Já a terceira carta, datada de 11 de setembro de 1985, teve como objetivo informar a Ermelinda sobre a carta encaminhada pelo grupo de familiares de desaparecidos a Lucy Montoro, na época primeira dama do Estado de São Paulo, e a Marly Sarney, naquele período primeira dama do país, além da aparente contribuição da imprensa para a elucidação da questão dos desaparecidos.

São Paulo 11-9-85

Prezada Dona Ermelinda

Faço chegar a suas mãos uma cópia da carta que endereçamos a Dona Marly Sarney. De uma audiência que tivemos com Dona Lucy Montoro, ela sugeriu que a fizéssemos, que nesta próxima quarta-feira, ela estaria em Brasília e entregava com todo prazer, não íamos perder esta tão grande, oportunidade; Tentamos de toda forma até chegar ao nosso objetivo tão sonhado. Soube que a sra. estará em Brasília, na próxima audiência, isso é um bom sinal, quem sabe com sua presença, bons ventos nos soprem? Os jornalistas, do São Paulo, me falaram que lhe enviaram uns jornais, pois eu já havia falado, se eles tivessem essa possibilidade seria muito bom. Qualquer outra coisa pode dispor de nós que aqui estamos para lhe servir.

Abraços meus extensivos a sua filha

Helena Santos

Helena Santos, perseverantemente, modificou sua estratégia para fazer chegar suas súplicas até o Presidente da República. Primeiro, iria encontrar-se com Lucy Montoro, da qual esperava, por sua sensibilidade de mulher e, principalmente de mãe, interferência junto ao marido. Assim, o artifício utilizado pelos familiares dos desaparecidos políticos foi traçado de uma maneira estratégica do gênero⁶: começando com D. Lucy, esperavam chegar ao governador do estado, depois à Sra. Sarney, que, os levaria ao presidente Sarney. Portanto, a idéia era sensibilizar as mulheres, também mães. Houve, por parte delas, a percepção de se apegar a uma das principais características do gênero⁷ – o amor de uma mãe por um filho⁸ conseguindo das primeiras-damas, antes dos maridos políticos, a compreensão da dimensão do sofrimento em que viviam as mães e familiares dos desaparecidos.

A procura permanente de Ermelinda pelo corpo do filho, só teve fim com a sua morte em 10 de dezembro de 2003, aos 97 anos de idade. Durante todo esse tempo, mais de 20 anos, ela depositou sua esperança em, praticamente, todos os políticos que assumiram a presidência da República. Deles obteve muitas promessas e, enfim, recebeu de Fernando Henrique Cardoso, em 1996, em solenidade histórica no Palácio do Planalto, por ocasião do lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, uma “reparação” do Estado, tornando-se o primeiro membro familiar no Brasil a receber do governo federal uma indenização pelo desaparecimento de seu filho, morto pela Ditadura, esta quantia doada integralmente para o GTNM/SP. Depois disso, recebeu do governador Olívio Dutra a comenda máxima do Estado do Rio Grande do Sul, a Negrinho do Pastoreio. Viveu o suficiente para ver o nome do filho virar nome de rua no Rio de Janeiro e no Bairro Sarandí, em Porto Alegre, Viveu também para ver Lula se tornar presidente e renovar, em vão, suas esperanças em ver esclarecidos os

⁶ Luc Capdevila, historiador francês, faz uma análise sobre como o gênero foi utilizado em contextos de resistência frente à governos ditatoriais como os da França sob o domínio de Vicky, da Alemanha nazista, da Argentina e da Bolívia entre os anos 1970 e 1980.⁶ CAPDEVILA, Luc. *Résistance civile et jeux de genre. France- Allemagne-Bolivie-Argentine. Deuxième Guerre mondiale – années 1970-1980*. Annales de Bretagne et des l'Ouest. Tome 108, n.2, 2001. Rennes: Press Universitaire de Rennes, pp. 103-128

⁷Gênero é uma categoria concebida nos anos 80 pela corrente feminista, que passou a enxergar as diferenças entre homens e mulheres não mais como de acordo com o sexo biológico, mas com o cultural. Mesmo fazendo essa diferença entre o sexo e o gênero, ainda existe correlação (normativa e construída culturalmente, portanto nunca essencial) entre os dois, fenômeno identificado por Gayle Rubin e denominado “sistema sexo-gênero”. RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife, SOS Corpo, 1993.

⁸BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

8

fatos obscuros envolvendo o desaparecimento de seu filho – e dos outros – na Guerrilha do Araguaia.

Referências Bibliográficas

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história. In: A título de prólogo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CAPDEVILA, Luc. *Résistance civile et jeux de genre. France- Allemagne-Bolivie-Argentine. Deuxième Guerre mondiale – annés 1970-1980*. Annales de Bretagne et des l'Ouest. Tome 108, n.2, 2001. Rennes: Press Univeritaire de Rennes, pp. 103-128

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife, SOS Corpo, 1993.

POLLAK, MICHAEL. *Memórias, Esquecimento, Silencio. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

STONE-MEDIATORE, Shari. *Chandra Mohanty y la revalorización de la “experiência”*. Revista Hiparpia, v.10, n.1, 1999. Pág. 85-110.